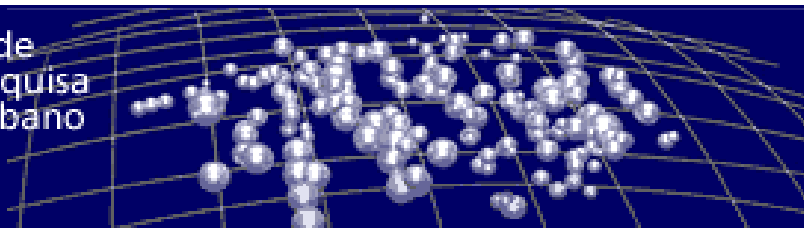




associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



maio/junho de 2007

boletim da anpur n. 13

EDITORIAL

O **XII Encontro Nacional da ANPUR**, realizado em Belém entre os dias 21 e 25 de maio passado, a eleição de uma nova diretoria para a **ANPUR** para o biênio 2007-2009 e as atividades de representação da Associação pautam a presente edição do boletim.

Parabéns à Comissão Organizadora do **XII ENA**, à Comissão Científica, aos júris das premiações pelo belo, profícuo e concorrido Encontro que foi oferecido à comunidade da área dos estudos e do planejamento urbano e regional. À nova diretoria, votos de êxito e de sucesso crescente no novo desafio.

NOVA DIRETORIA DA ANPUR

Eleita por aclamação da Assembléia, a nova diretoria da **ANPUR** para o período 2007-2009 é composta por:

2007-2009

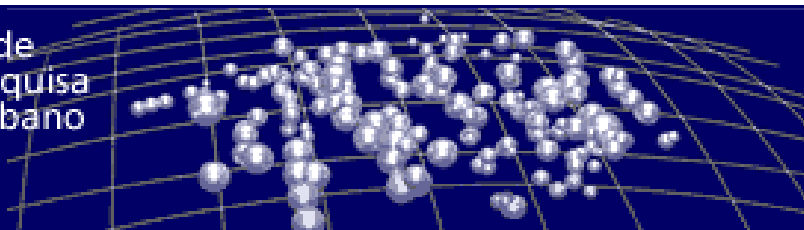
| | |
|-----------------------|---|
| Presidente: | Edna Castro (NAEA/UFPA) |
| Secretário Executivo: | Luiz Aragon (NAEA/UFPA) |
| Secretário Adjunto: | José Júlio Lima (FAU/UFPA) |
| Diretores: | Adauto Lúcio Cardoso (IPPUR/UFRJ) Leila Christina Dias (CFH/UFSC) Roberto Luís de Melo Monte-Mór (CEDEPLAR/UFMG) Virgínia Pontual (MDU/UFPE) |
| Conselho Fiscal: | Brasilmar Nunes (SOC/UNB) João Rovatti (PROPUR/UFRS) Renato Anelli (EESC/USP) |

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA sediará a **ANPUR** pelos próximos dois anos. Anotem o novo endereço:

NAEA
Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Correa, no. 1
Campus Universitário do Guamá
66.075-900 – Belém
anpur@ufpa.br



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



maio/junho de 2007

boletim da anpur n. 13

XII ENA
21-25/05/07

**RIQUEZA,
AMPLITUDE E
DIVERSIDADE DO
EVENTO**

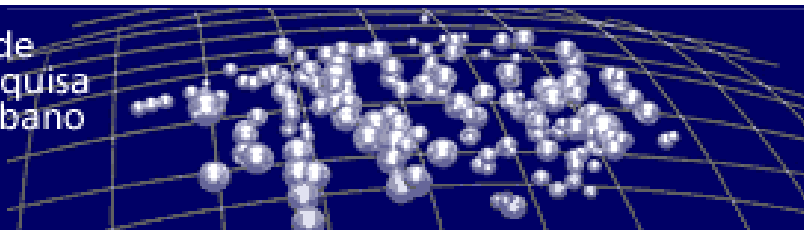
Um balanço do nosso último **Encontro Nacional da ANPUR** certamente seria desejável, como um esforço de síntese das principais linhas, perspectivas analíticas, questões emergentes e, também, algumas conclusões chegadas. Mas, certamente, uma tarefa extremamente difícil, devido à riqueza da produção intelectual dos Programas filiados à **ANPUR**, trazida a público durante os quatro dias de trabalho, e pela sua amplitude e diversidade temática. Inscreveram-se cerca de 900 pessoas, sem contar os participantes atraídos por uma ou outra atividade pontual ou ainda pela programação isenta de inscrição dos Seminários: Imagem e Pesquisa na Amazônia, Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional além da Mostra de Filmes no Cine Olympia.

O **XII Encontro Nacional da ANPUR** surpreendeu pela qualidade dos trabalhos apresentados nas Sessões Temáticas, voz corrente entre os seus Coordenadores, mas também pela efervescência de idéias e dos debates nas Sessões Livres. Nos 359 trabalhos apresentados nas Sessões Temáticas e nas 48 Sessões Livres, foram divulgados os principais resultados de pesquisas concluídas ou em andamento no país, sobre temas ligados ao espaço urbano e regional. Novos desafios para pensar o planejamento urbano e regional que certamente terão desdobramentos nos Programas de Pesquisa e de Pós-Graduação presentes, nas dissertações e teses de doutorado, ao longo desses dois anos que nos separam de Florianópolis. As Mesas Redondas trouxeram temas candentes, novas perspectivas de análise, velhas abordagens sob um novo olhar e a certeza que o planejamento, em toda sua complexidade, continua na ordem do dia.

Dentre os desafios para a construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Regional está o de reconhecer a diversidade nacional. O Brasil possui 5.560 municípios, distribuídos em regiões bem diferentes entre si, com suas histórias, seus modos de vida, diversos na constituição social e econômica, mas também por estarem marcados pelas especificidades do território, este também formado por biomas bem distintos. De metrópoles como São Paulo com mais de 10 milhões de habitantes a municípios de 20.000 habitantes, cujas sedes mantêm uma relação estreita com as áreas rurais, enquanto lugar principal de sua economia, há um *continuum* de experiências sociais a considerar.

De fato, há mais demanda por pesquisas sobre cidades que ajudem os executivos a tomarem decisões voltadas ao desenvolvimento urbano e regional. Mas também há um desconhecimento no Brasil sobre sua diversidade urbana e o papel das cidades no desenvolvimento das regiões, igualmente distintas entre si. É essencial aumentar a densidade de pesquisa, de reconhecimento de caras e falas diferentes que formam a matéria e a alma desse país, de aprofundamento sobre a realidade brasileira. Reconhecer a diversidade como paradigma para pensar a cidade, constitui um passo importante contra a homogeneização promovida pela globalização que, no afã do mercado, submerge a vida cotidiana e congela as possibilidades de conceber outras perspectivas na pesquisa e no planejamento que resgate a essência do múltiplo, sem dele extrair a singularidade.

Nessa mesma linha de análise crítica, estavam os debates em outras Mesas Redondas. O tema central do Encontro – Integração Sul-americana, Fronteiras e Desenvolvimento Urbano e Regional – motivado por uma série de acontecimentos políticos e de mudanças no continente nas últimas décadas, não pode ficar circunscrito, como foi mostrado na Mesa, no discurso da Integração Sul-americana formulado pelo Estado ou pelo mercado. É uma questão de ordem política, pois implica em pensar, como tem sido mostrado em inúmeros eventos recentes, na democracia e direitos de povos que pensam e vivem, na realidade, uma outra integração. A fronteira é múltipla e as culturas em relação bem diferentes. Mas o papel do Estado no



desenvolvimento regional é redimensionado como mostrou a Mesa sobre políticas de ordenamento territorial.

No debate sobre conflitos e territorialidades na Amazônia, foram repassadas a limpo as contradições observadas nas práticas de controle e ordenamento do território, via novas e velhas tecnologias, e a construção de contra-discurso hegemônico a partir de atores sociais e étnicos. Por outro lado, a Mesa Redonda sobre o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento - salientou a vinculação com as diretrizes presentes nos planos de desenvolvimento anteriores, visando integração regional, assinalando: ausência da questão territorial, convergência de investimentos para infra-estrutura, carteira de projetos mais que uma concepção integrada da ação e das políticas governamentais, investimentos nas cidades com mais de 150.000 habitantes, embora sinalize com investimentos em habitação e saneamento básico, formulação sem diálogo com segmentos da sociedade. O PAC foi submetido à análise, levantando questões pertinentes e definindo um leque de possíveis impactos que devem ser considerados na avaliação do plano.

Da perspectiva da arte, da literatura, do cinema e da fotografia, o **XII Encontro** certamente teve muito a dizer e a mostrar. O Cine Olympia, onde se realizou o II Seminário Imagem e Pesquisa na Amazônia, parte integrante do **XII Encontro**, exibiu uma seleção de curtas e longas sobre temas relativos a cidades na Amazônia, à sua história, cultura e política, ou ainda, de forma mais geral, da sócio-diversidade às questões ambientais. Imagens refletidas no Seminário A cidade amazônica na arte e literatura. A mostra foi aberta com o documentário de Silvio Tendler – Encontro com Milton Santos ou O mundo visto do lado de cá, sendo mais um momento especial de discussão sobre o lugar dos sujeitos em uma sociedade que tende a maior segmentação, individualização e relações mercantis no mundo globalizado.

Edna Castro
Coordenadora da Comissão Organizadora do **XII ENA**
Presidente da **ANPUR** NAEA/UFPA

PREMIAÇÃO ANPUR 2007

Na abertura do **XII Encontro Nacional da ANPUR**, foram proclamados os resultados do 5º Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional e do 3º Prêmio Milton Santos, promovido bianualmente pela Associação. Após árduo trabalho por parte dos jüris, os agraciados foram:

5º PRÊMIO BRASILEIRO POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

TESE DE DOUTORADO

Primeiro Lugar

Arilson da Silva Favareto - Ciência Ambiental / USP - "Paradigmas do desenvolvimento rural: do agrário ao territorial" (orientador: José Eli da Veiga).

Menções Honrosas

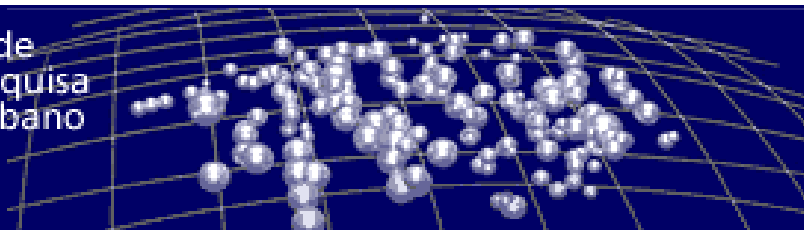
Andréa de Lacerda Pessôa Borde - PROURB/UFRRJ - "Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas" (orientador: Roberto Segre)

Jeová Dias Martins - Sociologia / UnB - "As regras da metrópole: campo urbanístico e ordem social na Região Metropolitana de São Paulo" (orientador: Brasilmar Ferreira Nunes)

Nelson Baltrusis - FAU/USP - "Mercado imobiliário informal e o processo de estruturação da



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



maio/junho de 2007

boletim da anpur n. 13

cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na Região Metropolitana de São Paulo" (orientadora: Suzana Pasternack)

JÚRI: Ana Clara Torres Ribeiro (presidente), Ângela Gordilho, Maria Cristina da Silva Leme, Marília Luiza Peluso e Eduardo Marques

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Primeiro Lugar

Amanda Cristina Franco EESC-USP "Cidades de cura, cidades de ócio" (orientador: Prof Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade)

Menções honrosas

Beatriz Silveira Castro Filgueiras IPPUR-UFRJ "Do mercado popular ao espaço da vitalidade: o mercado central de Belo Horizonte" (orientador: Ana Clara Torres Ribeiro)

Jennifer Dos Santos Borges MDU-UFPE "A governança local nas reestruturações de áreas portuárias. Uma reflexão sobre o caso de Natal -Rio Grande do Norte" (orientadora: Suely Ribeiro Leal)

JÚRI: Suzana Pasternak (presidente), Heloisa Soares de Moura Costa, Linda Gondim, Ana Cristina Fernandes e Sonia Marques

3º PRÊMIO MILTON SANTOS

ARTIGO

Ester Limonad CEG-UFF "Paris em chamas": arquitetura ou revolução? ", publicado na Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, vol. XI, n. 644, abril de 2006, Barcelona

JÚRI: Henri Acselrad (presidente), Geraldo Costa, Leila Christina Dias, Lílian Fessler Vaz, Maria Flora Gonçalves.

A todos os que concorreram e particularmente aos premiados, parabéns pela excelente contribuição acadêmica à área dos estudos e do planejamento urbano e regional.

Ana Fernandes
FAUFBA

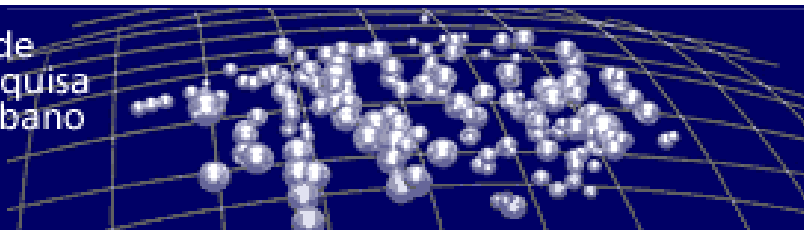
NOVAS FILIAÇÕES E ASSOCIAÇÕES À ANPUR

Mais cinco programas compõem o quadro de filiados e associados da **ANPUR**. A Assembléia apreciou e aprovou as seguintes adesões:

- Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal Da Bahia – CIAGS/UFBA
- Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás – MDPT/UC-GO
- Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU/PUC-PR



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



maio/junho de 2007

boletim da anpur n. 13

- Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina – PGAU-CIDADE/UFSC

- Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica Do Salvador – PTDS/UCSAL

Sejam bem-vindos aos quadros da **ANPUR!**

Ana Fernandes
FAUFBA

**XIII ENA
FLORIANÓPOLIS
SC**

Já está definido o lugar que acolherá o **XIII Encontro Nacional da ANPUR**. A assembléia, por unanimidade, aprovou a proposição apresentada pelos programas de pós-graduação em Geografia e em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina de sediar em Florianópolis, pela primeira vez, nosso próximo encontro, no primeiro semestre de 2009. A dimensão nacional da Associação evidencia-se com cada vez maior plenitude.

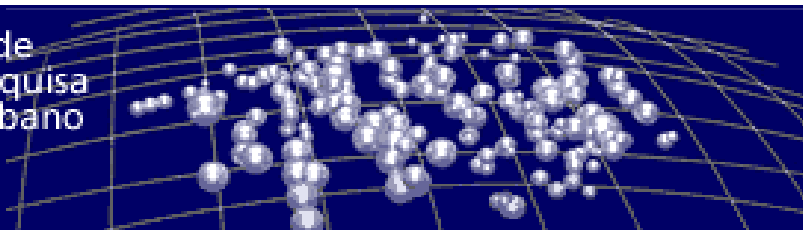
Ana Fernandes
FAUFBA

**12ª REUNIÃO DO
CONCIDADES E
REUNIÃO DO
COMITÊ DE
PLANEJAMENTO E
GESTÃO DO SOLO
URBANO E DA
COORDENAÇÃO
EXECUTIVA DA 3ª
CONFERÊNCIA
NACIONAL**

Entre os dias 07 e 10 de maio, uma agenda intensa ocupou os membros do Conselho das Cidades: reuniu-se a coordenação executiva da 3ª Conferência Nacional das Cidades bem como o Conselho das Cidades e seus comitês técnicos.

Composta por representantes de 7 segmentos, inclusive a **ANPUR**, a comissão recursal e de validação – parte da coordenação executiva da 3ª Conferência Nacional das Cidades –, reuniu-se no dia 07 e na manhã do dia 08 de maio e tratou basicamente de duas questões. Primeiramente, discutiu-se a definição dos diferentes segmentos para os quais devem ser eleitos delegados nas conferências municipais e estaduais, no sentido de explicitar com clareza as entidades contempladas por cada um deles. Destaca-se aqui o entendimento geral de que a vinculação das entidades com práticas relativas à questão urbana é essencial. Ainda nesse ponto, acatou-se a sugestão de criação de um segmento específico para os conselhos profissionais, que até então vinham se abrigando no segmento entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa. O segundo ponto discutido dizia respeito a uma demanda do poder público estadual, que reivindicava que a eleição de delegados para as conferências estaduais pudesse ser realizada a partir de conferências regionais, independentemente do tamanho dos municípios. Essas duas propostas, no entanto, uma vez que requeriam mudança no regimento da 3ª Conferência, não foram acatadas pelo plenário do ConCidades (regimento da Conferência disponibilizado em <http://www.cidades.gov.br/media/ResNorm%2004de061206Regimento3CNC.pdf>).

O comitê técnico de planejamento e gestão do solo urbano, do qual a ANPUR faz parte, reuniu-se no dia 08 de maio pela tarde e tratou basicamente de encaminhar estratégias relativas ao andamento de três medidas legislativas: do Projeto de Lei 20/2007 – também chamada de Lei de Responsabilidade Territorial, antigo PL 3057/00, que trata da revisão da lei de parcelamento do solo –, da Medida Provisória 335 – sobre regularização fundiária e acesso aos imóveis da União para beneficiários de programas habitacionais – e da Medida Provisória 353 – que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.



Particularmente no primeiro caso, o comitê indicou a necessidade de instalação imediata, na Câmara dos Deputados, de comissão especial para debater o mesmo e dar continuidade à sua tramitação. Transformada em resolução proposta ao Conselho, ela foi aprovada por unanimidade. Também por unanimidade foi aprovada a resolução referente à constituição de um grupo de trabalho permanente no âmbito do Conselho para monitorar os investimentos previstos no PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, tendo em vista a necessidade de compatibilização inter-setorial das ações previstas, bem como o fortalecimento dos mecanismos de controle social das mesmas.

Apesar de ter introduzido a questão da elaboração do PPA 2008-2011 e a necessidade de sua discussão pelo Conselho, o principal ponto de pauta da reunião, no entanto, nos dias 09 e 10 de maio, foi a apreciação e aprovação do texto-base da 3ª Conferência Nacional das Cidades. Construído em torno do tema Avançando na Gestão Democrática das Cidades e do lema Desenvolvimento Urbano com Participação e Justiça Social, guias para a 3ª Conferência, o documento (disponível em <http://www.cidades.gov.br/media/textobasesitexx2007.pdf>) percorre os principais desafios que devem concentrar o debate nesse enorme processo de mobilização em torno da questão urbana que são as conferências municipais e estaduais, que precedem e preparam a nacional. A discussão no plenário concentrou-se na urgência do enfrentamento de questões como a das regiões metropolitanas, a do aprofundamento dos mecanismos de produção e de gestão dos programas de habitação de interesse social, as referentes aos fundos de financiamento para a política urbana e à integração inter-setorial das políticas. Nesse campo, a **ANPUR** defendeu a necessidade de se entender a constituição e ampliação dos espaços públicos como instância fundamental de articulação entre as políticas setoriais, superando a esfera do consumo privado (embora coletivo) e trazendo para as cidades possibilidades de convivência universal e solidária das populações urbanas. Por outro lado, dado o processo de crescimento acelerado dos investimentos imobiliários e de infra-estrutura nas cidades, a **ANPUR** defendeu a necessidade de efetivar e ampliar o controle sobre o decorrente processo de valorização, e particularmente sobre os montantes e as aplicações dos recursos públicos advindos da utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. Ambas as questões foram incorporadas ao documento-base.

Ana Fernandes
Representante da **ANPUR** no Conselho das Cidades
FAUFBA

FNHIS

4ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR

Realizou-se no dia 20 de junho a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS. O mais importante ponto da Pauta foi a proposta encaminhada pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades propondo adiar para 2009 a necessidade de os municípios e estados cumprirem as exigências assumidas quando da adesão ao Sistema Nacional de Habitação, que os credenciam a receber os repasses dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Como já informamos, as exigências são a criação de Conselhos e Fundos Estaduais e Municipais de Habitação e a elaboração dos Planos Estaduais ou Municipais de Habitação.

A justificativa da Secretaria era a dificuldade dos entes federados em cumprir estas exigências, em parte devido ao atraso do próprio Ministério no financiamento da elaboração dos Planos de Habitação e, ainda, frente às dificuldades políticas de aprovação de lei de criação de conselhos e fundos. Lembremos que o governo federal deverá apoiar financeiramente a realização de planos de habitação em 900 municípios ou estados, que estão sendo selecionados através de editais



cujos prazos de inscrição encerrou-se no dia 4 de junho.

Na reunião, este representante da **ANPUR** defendeu que esse prazo fosse efetivamente adiado, pois a elaboração dos planos de habitação exige um tempo que agora se mostra insuficiente, inclusive porque ele deve ser realizado de forma participativa. Entretanto, defendemos que o prazo para as demais exigências não fosse adiado, ou seja, que deveria ser mantida a necessidade de se criar Fundo e Conselho de Habitação até o final deste ano.

Argumentamos que o governo federal deve exigir que estados e municípios que queiram receber recursos do FNHIS criem mecanismos de controle social para gerirem os recursos voltados para a habitação e desenvolvimento urbano. A exigência de criação de conselhos vai neste sentido. Não se trata de uma elaboração técnica, que exige tempo de concepção, mas de uma questão política. Neste sentido, esta exigência será um forte apelo junto as Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas pois, se criarem empecilhos para a criação dos conselhos, estarão prejudicando seus municípios ou estados, que ficarão excluídos da possibilidade de receber recursos do FNHIS.

A posição que defendemos foi aprovada por unanimidade.

Outro ponto de pauta foi a aprovação das ações programáticas a serem desenvolvidas com recursos do FNHIS no quadriênio 2008-2011, a serem incluídas no PPA, ou seja: urbanização de favelas, provisão de conjuntos habitacionais e desenvolvimento institucional. Em relação a este último ponto, um aspecto importante é a criação de uma ação voltada a capacitação dos municípios, programa de maior interesse para a **ANPUR**. Os conselheiros, no entanto, deixaram para serem discutidos de forma mais detida, até o mês de julho, os critérios para a alocação desses recursos, pois considerou-se que aqueles que orientaram a proposta apresentada – e que destinavam 65% dos recursos para a urbanização de favelas – não estavam suficientemente claros. Assim, aprovou-se que se deveria aprofundar a discussão sobre o tema, levando-se em conta também o quanto está destinado para cada programa nas demais fontes de recursos, sobretudo frente aos vultuosos investimentos previstos para urbanização de favelas no âmbito do PAC.

Finalmente, foi informado que o Ministério das Cidades recebeu, até o último dia 4 de junho, quando se encerraram as inscrições no Edital aberto para financiar ações habitacionais neste ano, nada menos do que 11.873 projetos de melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda, num total de R\$ 22,6 bilhões. Obviamente muitos projetos não poderão ser atendidos. Estas solicitações, que se dirigem para os recursos do FNHIS, destinam-se à urbanização de assentamentos precários, construção de moradias, elaboração de planos municipais de habitação e assistência técnica de projetos habitacionais.

Nabil Bonduki
Representante da **ANPUR** no FNHIS
FAUUSP

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS PÚBLICAS

A conversão da Medida Provisória 335/06 na Lei 11.481 de 31 de maio de 2007 representa o esforço do Governo de remover os obstáculos para regularização fundiária de assentamentos de baixa renda em áreas públicas pertencentes à esfera federal, obedecendo ao desígnio constitucional de garantir o direito à moradia para os cidadãos brasileiros.

A Lei promove uma significativa reforma da legislação de patrimônio da União, destinada a

adequar os normativos vigentes à ordem jurídico-urbanística instituída pós Constituição Federal e Estatuto da Cidade. Além de tornar inequívoca a aplicação dos diversos instrumentos de regularização fundiária às áreas da União, o diploma legal amplia hipóteses de destinação de imóveis ociosos para a implantação de projetos habitacionais de interesse social, incluindo os imóveis vazios ou subutilizados de propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A Lei ainda prevê alterações na legislação civil que irão repercutir em todas as ações de regularização fundiária de interesse social, e não apenas naquelas de ocupações de áreas públicas federais. É o caso dos instrumentos de regularização - como a concessão de uso especial para fins de moradia, a concessão do direito real de uso e o direito de superfície - que passam a ser reconhecidos como objeto de garantia real em financiamentos habitacionais.

Outro ponto importante é a isenção de custas e emolumentos de cartório para o registro dos títulos de regularização fundiária de interesse social.

Informações em <http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=2280&Itemid=0>.

Notícia transcrita do boletim nº 76 da Rede Centros
Ministério das Cidades

**PRÊMIO ITALIANO
DE MELHOR TESE
DE DOUTORADO
EM URBANISMO,
PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E
POLÍTICAS
PÚBLICAS DO
TERRITÓRIO
ATRIBUÍDO A
ESTUDANTE
BRASILEIRA**

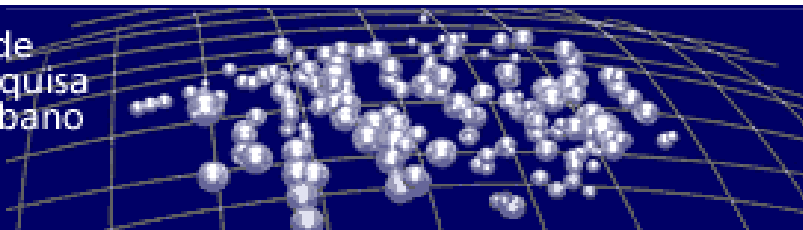
A Comissão julgadora do Prêmio Giovanni Ferraro atribuiu à brasileira Rosana de Freitas Boulosa o título de melhor tese de doutorado em Urbanismo, Planejamento Territorial e Políticas Públicas do Território defendida em universidades italianas durante o biênio 2005/2006. A premiação, que aconteceu em Gênova, Itália, em 4 de maio de 2007, durante o XI Congresso anual da Sociedade Italiana de Urbanistas (SIU), lhe foi atribuída por unanimidade, vencendo outros sete finalistas de diferentes doutorados italianos. Foi a primeira vez que o prêmio foi oferecido a um estrangeiro e também a primeira por unanimidade.

Sob o título "Che tipo di innovazione stiamo vivendo? Le politiche urbane di regolarizzazione fondiaria in Brasile - la costruzione di un modello interpretativo", a tese, orientada por Pier Luigi Crosta e defendida na Università IUAV de Veneza em junho de 2006 e com bolsa de doutorado pleno da Capes, oferece uma interpretação teórico-historiográfica das políticas urbanas de regularização fundiária no Brasil, discutindo-as como um processo de inovação que teria plasmado um circuito paralelo de planejamento, hipotetizado como o circuito de regularização.

A tese, escolhida pelos treze professores da Comissão julgadora (provenientes de diferentes doutorados italianos), foi reconhecida como uma consistente contribuição à metodologia de pesquisa na Itália, dada a sua peculiaridade no tratamento e na articulação da literatura e no rigor dos estudos de caso, contribuindo de modo inovador à discussão sobre os confins ou limites históricos da disciplina do planejamento territorial e ao estudo dos problemas fundiários urbanos no Brasil.

Única brasileira que concorreu ao prêmio até hoje, Rosana é arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (1998), mestra em planejamento territorial (2001) e doutora em políticas públicas pela Universidade IUAV de Veneza (2006). De volta à Salvador desde o final do ano passado, atualmente é pesquisadora do CIAGS - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Local e professora substituta da Faculdade de Arquitetura, ambos da Universidade Federal da Bahia.

O prestigioso Prêmio Giovanni Ferraro, criado em 2002 e já em sua quinta edição, é uma homenagem ao jovem cientista social Giovanni Ferraro que, prematuramente falecido, deixou um



importante legado aos estudos sobre a cidade e sobre os processo de planejamento. A premiação é uma assinatura conjunta de quatro das mais importantes italianas - La Sapienza, Politecnico di Milano, Roma III e IUAV -, com o respaldo da Sociedade Italiana de Urbanistas e da Associação de Amigos de Giovanni Ferraro. As teses vencedoras são publicadas na Itália.

nota ampliada a partir de notícia de Adalberto Retto Junior no *site* Vitruvius

**UM MODELO
INTERPRETATIVO
PARA AS
POLÍTICAS DE
REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA NO
BRASIL**

Com o título traduzido “Que tipo de inovação estamos vivendo? As políticas urbanas de regularização fundiária – a construção de um modelo interpretativo”, a tese discute as direções que as políticas públicas de incidência territorial estão tomando no Brasil, a partir do estudo das políticas urbanas de regularização fundiária. O trabalho estrutura-se em três interrogações: (a) “Que tipo de inovação estamos vivendo?”, (b) “Que circuito de regularização?”, e (c) “Que tipo de aprendizagem estamos vivendo?”.

A primeira interrogação-seção é dedicada ao estudo da formação do conceito de regularização fundiária urbana como matéria de políticas públicas no Brasil. O foco da análise reside na dinâmica fenomenológica dos processos de definição de um problema que, atravessando fases distintas, atinge primeiro a agenda política e depois a agenda institucional de governo. Trata-se, portanto, da reconstrução de um processo de pré-decisão ou de estruturação de uma matéria considerada de interesse público. Como laboratório, discute-se a experiência de Porto Alegre (RS), um dos mais antigos programas de regularização fundiária ainda em curso no país, explorando a sua função de promoção do processo de *drafting* legislativo da regularização e analisando-a na sua dupla, e contraditória, prerrogativa de produtor de direitos e políticas públicas.

A segunda interrogação-seção submete a regularização fundiária urbana ao crivo conceitual da inovação em políticas públicas, analisando a produção de ciclos contínuos de experimentação institucional sob a metáfora dos “espasmos organizativos”. Esta é uma metáfora desenvolvida pelo trabalho para revelar como descontinuidades cognitivas (explorations) em um nível de governo puderam gerar continuidades cognitivas (exploitations) em outro nível, o que explicaria ainda o vasto repertório formal de soluções locais de programas e ações de regularização fundiária urbana, colhendo de modo positivo suas ambigüidades. Em seguida, indagando a natureza e os confins de tal inovação, avança-se a hipótese de que tais esforços tenham desenvolvido um circuito paralelo de planejamento voltado exclusivamente a áreas urbanas informais. Trata-se do circuito de regularização, aventado em suas dimensões institucional e cognitiva, e fundamentado na funcionalização da propriedade fundiária e na subjetividade do direito à habitação e à cidade. Tais reflexões são aprofundadas no estudo de caso construído sobre o Projeto Terra, em Vitória (ES), analisado sob conceitos-chave deste novo circuito: integração organizacional, participação popular e perimetração territorial.

A última interrogação-seção é um reflexão sobre a relação entre circuito tradicional e circuito paralelo, entre planejamento e regularização, a partir de uma abordagem neo-institucionalista. Tal reflexão demonstra que, por um lado, os confins entre tais circuitos podem parecer cada vez mais precisos (inclusive com exigências cognitivas e profissionais distintas); mas, por outro, suas naturezas já não parecem tão diferentes. Vistos como dois sistemas de aprendizagem inicialmente independentes, a relação entre os circuitos se mostra confusa ao ponto de ser metaforicamente interpretada como “duas moedas que mostram o mesmo lado”, no qual o



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

maio/junho de 2007

boletim da anpur n. 13

planejamento passa a ser visto como contexto formativo da regularização e a regularização, que sofre um processo de institucionalização precoce, passa a ser vista como uma segunda, mas pouco inovadora, modalidade de governo do território.

Rosana de Freitas Boullosa
CIAGS e FA – UFBA

X SIMPURB

CHAMADA E TRABALHOS

ATÉ 23/07/2007

Entre 29 de outubro e 02 de novembro de 2007, será realizado em Florianópolis, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina, o X SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Com o tema central trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: tradições e perspectivas, o evento reúne uma programação bastante interessante, buscando resgatar heranças e apontar o futuro próximo do disciplinar, ensejando relevante debate sobre o Brasil urbano.

Trabalhos podem ser propostos, até o próximo dia 23 de julho, para as 03 sessões temáticas previstas: a cidade e o urbano: história, conflitos e gestão; as relações entre o rural e o urbano: trajetórias e configurações; redes de cidades e dinâmica territorial. Maiores informações na página da ANPUR – www.anpur.org.br ou na do próprio evento – <http://www.xsimpurb.ufsc.br/>

II ENCONTRO BRASILEIRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS

CHAMADA E TRABALHOS

ATÉ 25/07/2007

O II Encontro Ciências Sociais e Barragens a ser realizado em Salvador, Bahia, Brasil, nos dias 19 a 22 de novembro de 2007, dará continuidade ao diálogo inaugurado em 2005, no Rio de Janeiro, sobre os grandes projetos de construção de barragens. Seguindo recomendação dos participantes da sessão de encerramento do encontro do Rio de Janeiro, além do aprofundamento das reflexões sobre o tema, o evento deverá incorporar as experiências e resultados de pesquisa na América Latina, razão pela qual se convoca igualmente o I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas.

Trabalhos podem ser submetidos, até o dia 25 de julho próximo, às 10 sessões temáticas previstas, quais sejam:

- ST1 Planejamento, processos decisórios e estruturas institucionais
- ST2 Conflitos sociais e organização das populações atingidas
- ST3 Populações indígenas e remanescentes de quilombos
- ST4 Experiências de reassentamento, reparação e compensação.
- ST5 Desenvolvimento Regional
- ST6 Cultura, memória e imaginário
- ST7 Impactos territoriais e ambientais
- ST8 Questões fundiárias antes e depois das barragens.
- ST9 Pequenas barragens
- ST10 Povos e comunidades tradicionais da Amazônia atingidas e ameaçadas por barragens

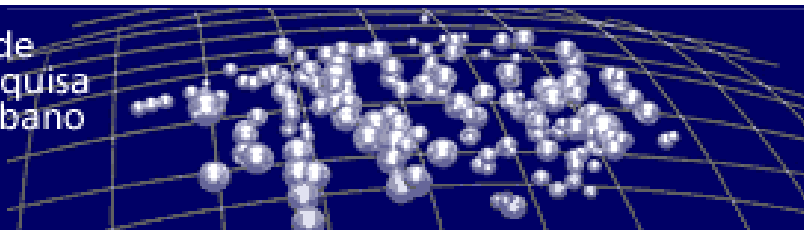
CADERNOS METRÓPOLE

CHAMADA DE TRABALHOS

Tendo em vista a organização do nº 18 da revista sobre o tema A Metrópole e a acumulação urbana: novas formas de incorporação imobiliária, os CADERNOS METRÓPOLE, periódico de publicação semestral da PUC/SP e IPPUR/UFRJ, convidam os pesquisadores das diversas áreas de conhecimento que abordam a questão urbana e regional a enviarem textos que abordem o tema, focalizando as seguintes questões:



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



maio/junho de 2007

boletim da anpur n. 13

ATÉ 31/07/07

- o que há de novo nas incorporações que articulam residência, comércio e serviços?
- qual a importância das incorporações que articulam o imobiliário com o turismo?
- existe uma nova lógica na produção informal da moradia?
- qual o papel do mercado que se organiza em paralelo ao mercado formal para a produção de moradias populares?
- quais os impactos da acumulação urbana na configuração espacial e na estrutura de desigualdades socioespaciais?

Os trabalhos devem ser encaminhados para a Caixa Postal 60022, CEP 05033-970, São Paulo (SP), Brasil, em disquete ou CD, até o dia 31 de julho de 2007. Maiores informações em http://www.observatoriodasmetrolopes.ufjr.br/cadernos_metropole.htm.

**EVENTOS NO
SEGUNDO
SEMESTRE**

Vários eventos de nossa área estão programados para o segundo semestre de 2007. Confiram na home page da **ANPUR** (www.anpur.org.br), ou diretamente nos sites disponibilizados por cada um deles:

APPURBANA São Paulo, 04-07 setembro 2007
http://www.fau.usp.br/eventos_sn/seminario_apps_urbanas/apps.html

SILACC01 São Carlos 22-26 outubro 2007
<http://www.eesc.usp.br/silacc2007/>

VII Encontro da LARES São Paulo 25-26 outubro 2007
<http://www.lares.org.br>

5º Seminário Internacional Recife 19-21 novembro 2007
<http://www.ceci-br.org/5seminar/>

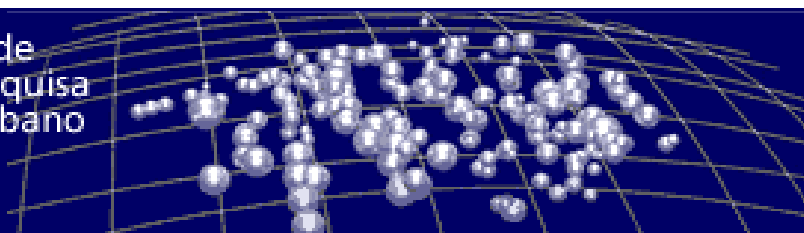
DESPEDIDAS

Foi com enorme satisfação que mantivemos, ao longo de um ano, a publicação deste boletim, como forma privilegiada de comunicação entre todos nós. Em nome da diretoria da **ANPUR**, gestão 2005-2007, gostaria de agradecer a toda a comunidade anpuriana pela possibilidade de termos participado, de forma mais direta, dessa construção coletiva de um espaço de congregação e de discussão de idéias, de práticas e de desafios relativos a nossas cidades e regiões.

Ana Fernandes
FAUFBA



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



maio/junho de 2007

boletim da anpur n. 13

Caso não deseje receber o Boletim da ANPUR, responda a este e-mail colocando como assunto "suspensão de recebimento".

Contribuições devem ser encaminhadas para anpur@ufpa.br

ANPUR

Presidente: Edna Castro (UFPA)
Secretaria Executiva: Luiz Aragon (UFPA)
Secretaria Adjunta: José Julio Lima (UFPA)
Diretores: Aduino Lúcio Cardoso (IPPUR/UFRJ)
Leila Christina Dias (CFH/UFSC)
Roberto Luís de Melo Monte-Mór (CEDEPLAR/UFMG)
Virgínia Pontual (MDU/UFPE)
Conselho Fiscal: Brasilmar Nunes (SOC/UNB)
João Rovatti (PROPUR/UFRS)
Renato Anelli (EESC/USP)
Projeto Gráfico: [Xico Costa \(UFBa\)](#)
Editoria: [Ana Fernandes \(UFBa\)](#)

NAEA
Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Correa, no. 1
Campus Universitário do Guamá
66.075-900 – Belém

www.anpur.org.br
anpur@ufpa.br